

Movimentos sociais e educação do campo: resistência, limites e possibilidades na Escola Família Agrícola - EFA Chico Antonio Bié, Ceará

 Francinalda Maria Rodrigues da Rocha¹,  Flávia Sanches de Carvalho²

¹ Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR. Departamento de Educação (DEd UFSCAR). Rod. Washington Luís, s/n. Monjolinho. São Carlos - SP. Brasil. ² Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR.

Autor para correspondência/Author for correspondence: francinalda.rocha@gmail.com

RESUMO. A pesquisa objetiva compreender a relação dos movimentos sociais em sua dimensão de resistência e luta na ação formativa da EFA Chico Antonio Bié. Como questão fundamentadora tem-se: como os movimentos sociais atuam para que a EFA seja efetivada como formadora? Essa questão se baseia na condição de que a escola é comunitária e não recebe nenhuma contribuição do governo, além de que todas as pessoas que atuam no processo formativo são voluntárias. Interligada às outras mediações, não menos importantes, a instituição faz parte da articulação das EFAs do estado do Ceará que fortalece as lutas pela existência das escolas, atuam com pedagogia contextualizada e busca aquisição de políticas públicas. Esses elementos incorrem no desenho em que a formação é veiculada à dimensão problematizadora, tendo em vista que para a escola existir é necessário a inserção de diferentes movimentos sociais pela parceria que se estabelece. A metodologia da pesquisa é qualitativa, com o uso de revisão bibliográfica e análise de documentos. No resultado foi possível verificar que a escola nasce e se desenvolve a partir da inserção dos movimentos sociais, contudo desvelou também a existência de lacunas do papel do Estado frente à existência de uma escola do/no campo.

Palavras-chave: escola, pedagogia contextualizada, educação comunitária.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e18516	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------



Social movements and rural education: resistance, limits, and possibilities at the Family Agricultural School - EFA Chico Antonio Bié, Ceará

ABSTRACT. The research aims to understand the relationship of social movements in their dimension of resistance and struggle in the formative action EFA Chico Antonio Bié. The guiding question is: how do social movements act to ensure that EFA is effectively established as an educational institution? This question is based on the condition that the school is community-based and receives no government funding. Additionally, all individuals involved in the formative process are volunteers. Interconnected with other equally important mediations, the institution is part of the network of EFAs in the state of Ceará, strengthening the struggles for the existence of such schools. They operate with a contextualized pedagogy and seek the acquisition of public policies. These elements contribute to the framework in which education is linked to a problematizing dimension, considering that the school's existence requires the involvement of different social movements through established partnerships. The research methodology is qualitative, utilizing literature review and document analysis. The results revealed that the school emerges and develops through the involvement of social movements. However, it also exposed gaps in the role of the State concerning the existence of a school in the/of the countryside.

Keywords: school, contextualized pedagogy, community education

Movimientos sociales y educación rural: resistencia, límites y posibilidades en la Escuela Familiar Agrícola - EFA Chico Antonio Bié, Ceará

RESUMEN. La investigación tiene como objetivo comprender la relación de los movimientos sociales en su dimensión de resistencia y lucha en la acción formativa EFA Chico Antonio Bié. La pregunta orientadora es: ¿cómo actúan los movimientos sociales para asegurar que la EFA se establezca efectivamente como una institución educativa? Esta pregunta se basa en la condición de que la escuela es comunitaria y no recibe financiamiento del gobierno. Las personas involucradas en el proceso formativo son voluntarias. Interconectada con otras mediaciones igualmente importantes, la institución forma parte de la red de EFAs en el estado de Ceará, fortaleciendo las luchas por la existencia de tales escuelas. Operan con una pedagogía contextualizada y buscan la adquisición de políticas públicas. Estos elementos contribuyen al marco en el cual la educación está vinculada a una dimensión problematizadora, considerando que la existencia de la escuela requiere la participación de diferentes movimientos sociales a través de asociaciones establecidas. La metodología es cualitativa, utilizando revisión bibliográfica y análisis de documentos. Los resultados revelaron que la escuela surge y se desarrolla mediante la participación de los movimientos sociales. También expusieron brechas en el papel del Estado en relación con la existencia de una escuela en el/del campo.

Palabras clave: escuela, pedagogía contextualizada, educación comunitaria.

Introdução

Este artigo é resultado de uma pesquisa que trouxe para o debate o papel dos Movimentos Sociais na construção de uma Escola Família Agrícola - EFA no estado do Ceará. A relevância da pesquisa está em propor um olhar reflexivo e crítico acerca das experiências de Educação do Campo e das formas como ela vem sendo desenvolvida para se pensar em uma escola diferenciada da convencional frente a sua relação com o Estado, contribuindo para a transformação da realidade da Educação do/no Campo.

Historicamente, a EFA chegou ao Brasil, no estado do Espírito Santo, em 1969, com a colaboração de padres italianos que passaram a expandir a atuação nos estados brasileiros em diferentes regiões (Nosella, 2012). Segundo a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil - UNEFAB (2010), a EFA é uma integração de famílias, pessoas e instituições que buscam soluções para a problemática do desenvolvimento local por meio de ações de formação, principalmente, das juventudes do campo. A proposta metodológica utilizada pela EFA caracteriza-se pela participação ativa das famílias, mediante a aplicação da Pedagogia da Alternância, com vistas a promover uma educação contextualizada e significativa, orientada pelas demandas da comunidade e pelos seus interesses na gestão do campo e fortalecimento das atividades agrícolas das famílias.

No Brasil existem cerca de 155 EFAs presentes em 16 estados brasileiros, em funcionamento e outras em implantação, perfazendo um número de 13.000 alunos e 70.000 agricultores, tendo em comum a Pedagogia da Alternância. De acordo com os anos de existência, as EFAs brasileiras contam com mais de 50.000 jovens formados, onde mais de 65% permanecem no meio rural, atuando na produção familiar ou exercendo profissões técnicas e também de lideranças (UNEFAB, 2018).

No Ceará existem seis EFAs, porém, apenas uma se encontra estadualizada, que não é o caso da EFA em estudo e mais duas estaduais sendo construídas. Em uma EFA comunitária há o apoio parcial do Estado, mas que não assume efetivamente todas as responsabilidades financeiras. Em instituições mantidas por recursos estatais a gestão se altera e, muitas vezes, observam-se conflitos pedagógicos.

A EFA Chico Antonio Bié, foco do estudo, fica localizada provisoriamente no Assentamento Nova Esperança, município de Tianguá - CE, na região da Ibiapaba. Funciona com a modalidade Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio, tendo como base a Agroecologia. Possui mais de nove anos de experiências educacionais na região e vem

propondo caminhos socioeducacionais e enfrentando desafios sociais e políticos, na busca por uma educação no campo integrada às lutas dos Movimentos Sociais. A primeira turma surgiu em 2014, sem o apoio do governo, mas com o auxílio de organizações e instituições por meio de doações. O seu quadro de funcionários está baseado no voluntariado.

A EFA tem em seu princípio pedagógico - a Pedagogia da Alternância que representa primeiro um ato político e de resistência, aliada ao tempo escola e do tempo comunidade, com a inserção de instrumentos pedagógicos vividos na realidade do campo. Procura a valorização da pedagogia contextualizada, em que as experiências cotidianas dos/as educandos/as e de seus familiares sejam vivenciadas pela elaboração de propostas concretas voltadas para o trabalho no campo e valorização da cultura e modo de vida das comunidades rurais e minimizar o êxodo das juventudes do campo para a cidade.

Diante desta realidade, é necessário entender que a Educação do Campo surge de diferentes experiências sociais, por meio da articulação dos/as trabalhadores/ras do campo, de movimentos sindicais e religiosos mobilizados pela luta social. Emerge a partir de uma organização coletiva que busca uma vida de qualidade por meio de um trabalho que seja reconhecido com a inserção de política pública que contribua para a sobrevivência do povo e incentive a família a ficar inserida no campo (Caldart, 2005).

Uma das autoras, em sua trajetória vivenciou as experiências de educadora, coordenadora pedagógica e gestora, na EFA e passou a compreender que a Educação do Campo em sua constituição nasce interligada aos Movimentos Sociais e se constitui como uma reivindicação do processo educativo vivenciado pelo campo. Essa experiência nos Movimentos Sociais permite aos sujeitos a compreensão de que é preciso lutar para a permanência na terra, em consequência exige também a necessidade de luta pela educação, principalmente pela educação escolar. Educação esta que tem sido negada aos sujeitos do campo, embora compreendida como um direito que precisa ser construído e se contrapor aos interesses das classes dominantes (Caldart, 2005).

Nessa direção, ainda é verificado que os sujeitos do campo são estigmatizados como passivos e atrasados, pois os traços coloniais presentes na estrutura social, têm raízes rurais e patriarcais que perpassam a estrutura fundiária brasileira. A educação rural sempre foi relegada a planos inferiores. A educação popular nasce com bandeira de luta e vem denunciar a falta de garantia dos direitos, pois existem, mas não são garantidos, e reivindicar uma educação comprometida com os interesses e a emancipação das classes menos favorecidas.

Na educação popular é estabelecido um diálogo horizontal e humanizador em que é possível a convivência com modos e existências diversas de modo a refletir as hierarquias de poder e impedir que se naturalize a opressão (Vasconcelos & Oliveira, 2009). Diante da situação apresentada, verifica-se que as escolas do campo, especificamente a EFA Chico Antonio Bié, *locus* da pesquisa, não foge a essa realidade apresentada, por atuar em caminhos diferenciados da elite dominante.

A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar as estratégias de aproximação e de fortalecimento das lutas dos Movimentos Sociais do campo por meio da educação popular, em diálogo com as comunidades para efetivação de uma escola contextualizada com a realidade do educando/a. Para tanto, pretende-se investigar as experiências dos Movimentos Sociais, na trajetória da EFA Chico Antonio Bié, bem como compreender os desafios enfrentados, as estratégias de superação e os avanços alcançados na busca pelo fortalecimento da identidade da educação do/no campo, considerando a importância da conquista de políticas públicas para esta área.

Desenvolvimento

Delineamento metodológico da Pesquisa

O processo metodológico para o desenvolvimento do estudo contou com pesquisa qualitativa, bibliográfica, documental e levantamento de campo, visando subsidiar, com dados específicos, a presente investigação. O interesse investigativo desta pesquisa parte da intenção de compreender como os Movimentos Sociais, no seu fazer cotidiano de luta social e expressão da autoconsciência frente às suas lutas, contribuem para a Educação do Campo, em termos mais específicos e para a transformação social, de modo mais geral.

A pesquisa partiu do materialismo histórico-dialético, na intenção de compreender aspectos determinantes incutidos na totalidade do fato observado, considerando todo o contexto a ser pesquisado, com um olhar sobre o evento, buscando entender qual a realidade atual da situação do trabalho na EFA, sua historicidade, suas dimensões e causas. A concepção materialista histórico-dialética, leva em consideração uma compreensão da realidade e do mundo, assegurando o princípio de que a realidade existe independente da consciência que temos dela e que, portanto, as condições materiais determinam a consciência com a qual nos apropriamos dessa realidade (Marx, 1980). Neste sentido, vale destacar, entretanto, que:

A dialética da totalidade concreta não é um método que pretenda ingenuamente conhecer todos os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro “total” da realidade, na infinidade de seus aspectos e propriedades; é uma teoria da realidade e do conhecimento que dela se tem como realidade. A totalidade concreta não é um método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade; é a teoria da realidade como totalidade concreta. (Kosik, 2002, p. 44).

Ao se considerar a necessidade de apreender o fenômeno serão percorridas as múltiplas determinações na análise das categorias mais gerais e particulares para conseguir perceber o fenômeno (o trabalho do Movimento Social de Educação do Campo). Segundo Kosik (2002, p. 33), “o fenômeno é explicado se é reduzido à sua essência, à lei geral, ao princípio abstrato”.

Os instrumentos metodológicos utilizados foram as fontes de dados primários e secundários para a construção da pesquisa: a observação participante, reuniões, encontros informais, entre outros. Para a coleta de registros dos dados se fez uso de diário de campo. Com a experiência teórico-empírica será possível haver o movimento do específico ao geral, das particularidades para a compreensão de um todo. Marx (1997) enfatiza que a pessoa elabora sua história alicerçada nas experiências, culturalmente constituídas, das gerações que o precedem.

A revisão bibliográfica se deu por meio de pesquisa em trabalhos relacionados com a área em estudo, cujo objetivo foi aprofundar os conhecimentos de outras construções desenvolvidas nessa linha, para ampliar as informações da estrutura dos componentes e processos atuantes no contexto das Escolas Família Agrícola, que serviu de base para propiciar comparações e analogias essenciais ao desenvolvimento do trabalho.

Em complemento ao levantamento bibliográfico foi realizada pesquisa documental em consulta no Projeto Político Pedagógico, Matriz Curricular, Plano de Formação, Referenciais e propostas da Política Nacional de Educação do Campo, Propostas de Formação de professores dos Movimentos Sociais de luta pela terra, articulados ao Movimento Nacional de Educação do Campo (relatórios, material didático pedagógico), Relatórios e documentos oficiais de Fóruns da Educação do Campo (concepções de campo e escolarização) e outros documentos presentes na EFA.

Sujeitos/as da Pesquisa

Os/as parceiros/as da pesquisa foram representantes de docentes, dos Movimentos Sociais diretamente envolvidos e dos/as educandos/as egressos/as e atuais da EFA Chico

Antonio Bié. Para a escolha dos sujeitos/as foi utilizado o critério de terem, pelo menos, três anos ou mais como docentes na EFA, por se entender que, assim, eles apresentam um histórico na instituição que lhes permite entender como ocorre o desenvolvimento dessa aprendizagem diferenciada, que intenciona formar indivíduos reflexivos a partir de uma luta coletiva social.

O espaço escolar da EFA e fora dele foi escolhido como campo de pesquisa, com o intuito de compreender a atuação dos Movimentos Sociais na EFA. Isso ocorreu tendo em vista a adesão voluntária nos Movimentos Sociais que, no tempo presente, dão continuidade ao histórico de luta e resistência social dentro deste espaço/tempo, junto ao movimento mais amplo da classe trabalhadora, que se demonstra historicamente relacionado à mobilidade social daqueles que, como ela, vivem apenas de suas forças de trabalho.

Resultados e Discussões

EFA Chico Antonio Bié: história, institucionalidade e estrutura

Ao se pensar na escola no campo se deve compreender que é preciso interpretar as contradições do mundo rural (Carvalho, 2015) e os processos educativos que acontecem fora e dentro dele para se permitir entrar em contato com a luta e a resistência do povo do campo (Arroyo, Caldart & Molina, 2008). Nesse sentido, faz-se necessário conhecer a história do campo da abrangência territorial da EFA Chico Antonio Bié para compreensão do cenário que faz com que os contextos históricos sejam cada vez mais vistos, tornando-se visível a desigualdade econômica e diversidade cultural entre as juventudes do campo e as comunidades que estão no processo de protagonizar a transformação de sua realidade.

A EFA fica localizada no Território Serra da Ibiapaba, na Mesorregião Noroeste cearense, formado por nove municípios: Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa, no estado do Ceará, com população estimada de 330.640 habitantes (IBGE, 2023).

O território da Ibiapaba tem fragilidades quanto às questões ambientais que pode variar de moderadamente instável à ambientalmente estável, devido às causas naturais, como a declividade, bem como pela ação antrópica, causada principalmente pelo desmatamento derivado das atividades agrícolas, tais como plantação de culturas, utilização da queimada para limpeza do solo, uso indiscriminado de agroquímicos, além do lixo urbano jogado de forma inadequada. Dentre os municípios mais afetados se destaca Guaraciaba do Norte, com

grandes áreas devastadas, por concentrar um considerável número de hortas e por ser o maior consumidor de agrotóxico.

No que se refere ao acesso à alimentação adequada e água de qualidade estão sendo desenvolvidas ações no território que visam garantir, às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, novas possibilidades para terem acesso a esses recursos, com o mínimo de qualidade. Uma dessas ações foi a implantação do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), com tecnologia para captação de água da chuva oriunda do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) e da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Com as cisternas foi possível ampliar a criação de pequenos animais e o cultivo de quintais produtivos. Todavia, cabe ressaltar que, para o número de pessoas presentes no território, essas ações ainda são insuficientes.

No território encontra-se a presença dos povos indígenas da etnia Tabajara, que possuem uma história de sucessivas migrações, devido aos constantes conflitos de terras (IPECE, 2010) e, também, uma comunidade remanescente de Quilombolas, conhecida como Três Irmãos, localizada no município cearense de Croatá, com seu processo de reconhecimento em fase de estudo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Quanto às questões socioeconômicas, a situação presente em todo o Território da Ibiapaba é semelhante. Um dos entraves para a agricultura familiar e camponesa é a concentração de terra. A origem do conflito em torno da questão fundiária remete à instituição da Lei de Terras de 1850 (Maricato, 1999), que impediu formalmente que os trabalhadores rurais se estabelecessem na terra pela posse (Carvalho, 2015).

A imigração para outros estados brasileiros, principalmente de jovens, é outra constatação que afeta o campo. A falta de oportunidades e a pouca valorização desses sujeitos tem forçado os jovens a migrarem para os centros urbanos, criando um ciclo vicioso de subempregos, violência e drogas. O que se destaca também na região é o uso indiscriminado de agrotóxicos. No Brasil, revela-se a falta de prioridade para as práticas agroecológicas, as quais garantiriam a preservação ambiental, a segurança da saúde dos/as trabalhadores/as, o manejo adequado da água e, por fim, uma melhor qualidade de vida, especialmente para as populações futuras.

Com a reflexão sobre a realidade vivida na região da Ibiapaba, surge a EFA Chico Antonio Bié, a partir de um desejo de um grupo de trabalhadores/as rurais de Viçosa e

Tianguá, no estado do Ceará, com o objetivo de oferecer assistência técnica para ecossistemas agroecológicos e estimular que as juventudes permaneçam no campo.

A EFA Chico Antonio Bié, desde a constituição da sua primeira turma, em 2014 está localizada em sede provisória, no Assentamento Boa Esperança, Bom Jesus, São João, Zona Rural do município de Tianguá - CE. Recebeu a emissão de posse da Fazenda Bom Jesus e São João, no dia 11 de setembro de 2003. Existe uma Associação dos Moradores do Assentamento, mas não possui nenhum histórico escrito, segundo a atual presidente. Para descrição do relato realizou-se um diálogo com moradoras da região em uma roda de conversa, que contaram o que foi vivenciado. As famílias assentadas passaram por muitas dificuldades antes de se encontrarem no local onde estão, conforme relato da assentada I:

Nós morávamos em um lugar antes do Jaburu - CE, esperando a desapropriação de uma terra de frente onde hoje é o Assentamento. Passamos quatro anos lá morando sem água e sem energia, morando em casa de palha coberta de lona. Não aconteceu a desapropriação no local esperado. Eram 14 casas (barracas) cobertas de lona. Algumas famílias passaram a se desesperar e sair de lá, foram embora. Depois surgiu esse Assentamento aqui tinha sido desapropriado. O vereador de Val Paraíso (CE) disse que essas famílias teriam prioridade de vir. Fomos visitar o terreno que era bom, mas não tinha nada, só tinha essa sede que hoje funciona a EFA. Em outubro de 2003 foi desapropriado e em fevereiro de 2004 já mudamos. Esse período foi para construção das casas e a gente vir morar. Não tinha água e nem energia, mas surgiu aos poucos. A água e a luz, inicialmente, eram ligadas da sede que precisava ser consumida pouca para suportar o uso de todas as famílias (RELATO DA ASSENTADA I).

Para compreender a implantação de um assentamento rural faz-se necessário entender que este resultado demanda um processo que passa por diferentes fases e que simboliza um rito de passagem em que muitos moradores não conseguem se adaptar e partem em busca de outros lugares (Marques, 2000).

As etapas da vida de assentados, quase sempre, seguem um padrão: primeiramente há o acampamento, onde se requer organização e resistência do grupo para que se possa chegar ao objetivo do assentamento. Como relatado pela assentada I, o tempo no acampamento demora uma vida, na qual muitos perdem a esperança. É um momento em que as condições precárias precisam ser superadas. Para a assentada II, o assentamento tem um significado de luta e resistência. A construção de uma história coletiva que perpassa cada pessoa que esteve junto, em cada fase, do acesso à moradia e até a conquista de uma vida digna.

Representa primeiro de tudo a conquista de acesso à terra, às políticas de habitação, de convivência com semiárido acesso ao crédito para fortalecer a produção segundo a dignidade de ser agricultora e poder produzir alimentos consumir e comercializar de forma consciente

garantir a segurança alimentar e gerar emprego e renda botar comida na minha mesa e na mesa de tantas outras pessoas (RELATO DA ASSENTADA II).

A luta pela terra precisa ter como referência o contexto de mudanças econômicas, sociais e políticas dos últimos anos. Isso implica em considerar as consequências das políticas do Estado para a vida no campo que favoreceram a concentração fundiária e de renda, bem como ilustra a distribuição da população no campo, dentro do espaço nacional (Rego, 1993).

A dificuldade de ter um histórico de luta das comunidades assentadas é real no Assentamento, visto que poucos filhos/as conhecem o processo dos desafios enfrentados. Quando se visita a área do Assentamento hoje não se percebe o que as famílias passaram para ter o que possuem. Outra inquietação é que embora a EFA funcione no espaço desde 2014 poucos são os assentados que participam ativamente da realidade de uma escola que nasceu da resistência e luta dos agricultores e das agricultoras rurais. Embora o Assentamento tenha nascido com a mesma demanda por habitação e vida de qualidade percebe-se o quanto o capital influencia na desarticulação da força que há na base, mas também apresenta a força do Movimento Social sempre buscando alternativas para sobreviverem e se fortalecerem, como relata a assentada:

Quando a gente veio morar aqui o mandato do INCRA era para construir 40 casas, a gente veio primeiro e construiu essas, mas depois recebemos a informação que poderia ser construídas mais 10 casas. Como alguns moradores já tinham filhos que moravam junto e já era casado, a gente com a comunidade ajeitamos para colocar os filhos que viviam com os pais, uns eram filhos e outros donos de famílias de outro local. A gente fazia mutirão toda sexta-feira no Assentamento, como roço, cerca e tudo que precisava na comunidade. Depois formou um grupo de mulheres para fazer um canteiro, onde fica a EFA hoje. No começo eram 20 mulheres, mas foram se afastando e ficaram uns seis cuidando da horta, plantando alface, couve, cenoura, beterraba. Até que um dia um dos moradores disse que abandonamos a horta, o que serviu para desestimular o grupo até desistir. Assim que desistimos surgiu a EFA que quando chegaram estava cheio de mato e abandonado. O trabalho com mulheres continuou com um curso de costuras e artesanato, mas também foi acabando, mas hoje ainda existem umas quatro trabalhando com bonecas. (RELATO DA ASSENTADA I).

Segundo Medeiros et al. (1994), os assentamentos rurais, que representam o acesso à terra, apresentam características distintas relevantes ao considerar o tipo de intervenção do Estado, as trajetórias individuais dos assentados, as iniciativas de cooperação, o emprego de novas tecnologias, a preservação ambiental e a organização comunitária. Nesse sentido, o modelo de assentamento, segundo o INCRA, deverá apresentar três condições básicas para a sua existência: (1) oferta de terras; (2) oferta de condições para explorar a terra; (3) incentivo à organização (Ferreira, 1994). Como relatado pela assentada II, ao adentrar no território onde

seriam suas terras, os/as trabalhadores/as estavam se organizando em busca de melhores condições para viverem.

A luta por esse assentamento durou 12 anos desde o pedido de vistoria que foi encaminhado pelo sindicato dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares de Tianguá-CE, entendendo que essa área poderia garantir a 50 famílias a possibilidade de viver melhor e desde então muitos trabalhadores alguns que nem chegaram ao alcançar a conquista da terra outros que aqui chegaram e não conseguiram conviver de forma coletiva foram desistindo e aqui foram desenvolvidos vários trabalhos, áreas coletivas financiadas pelos créditos inicial a construção das igrejas, a casa de farinha, a criação e a organização da associação comunitária, grupo de mulheres, grupo de jovens e de crianças, de artesanato, casa de sementes e os grupos religiosos, coordenação sindical de base, futebol amador masculino e feminino (RELATO ASSENTADA II).

O que impede que o assentamento progrida pode estar relacionado ao Estado que distribui terras, mas não investe capital suficiente para realização das atividades de longo prazo, bem como não são criadas condições institucionais e financeiras para manter a estruturação dos assentamentos e de seus sistemas produtivos. Na realidade o que se verifica é um relativo abandono após a entrada no lote. Assim, verifica-se a dificuldade de implantação das conquistas dos assentados (Marques, 2000). Conforme relata os muitos desafios no Assentamento Nova Esperança pela assentada II:

Os nossos desafios são muitos desde a questão da produção porque aqui a gente só produz no sequeiro. Poucos têm acesso a água. A água é de poço. Outro grande desafio é a assistência técnica, a estruturação dos equipamentos que está no nosso plano, que seria a escola, o posto de saúde, a quadra de esporte, a pavimentação, o saneamento básico e o combate a um fenômeno que nos prejudica muito, as moscas, devido ser bem próximo da granja EMAPE (RELATO ASSENTADA II).

A história da EFA Chico Antonio Bié nasce do sonho antigo do educador Francisco Antonio de Sousa, quando conheceu a Pedagogia da Alternância durante um intercâmbio no Paraná e Santa Catarina, ainda na década de 1990. O projeto Agroecologia em Rede dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Viçosa do Ceará e Tianguá que tinha o objetivo de oferecer assistência técnica de qualidade para ecossistemas agroecológicos, em um diagnóstico com as famílias trouxe a visão de que a educação oferecida aos jovens agricultores/as não satisfazia seus anseios, nem os de suas famílias.

Essa situação soma-se ao pensamento de Moura e Neri (2021, p. 244), quando afirmam que “os sujeitos do campo se aperceberam da imperiosa necessidade de transformar a escola nos diferentes espaços rurais do Brasil, considerando que a escola que está posta e a educação ofertada aos sujeitos do campo não atendem às suas especificidades educacionais”.

Com o compromisso de mudar esta realidade, em 2010 promove-se um intercâmbio das famílias do projeto na EFA Dom Fragoso em Independência, o que despertou o interesse para uma EFA na Ibiapaba. Em 2011, na sede do Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Viçosa do Ceará, foi fundada a Associação Escola Família Agrícola da Região da Ibiapaba (AEFARI). Para Molina e Freitas (2011, p. 24) a busca de estratégias pelos Movimentos Sociais para a escola vem “formular e executar um projeto de educação integrado a um projeto político de transformação social liderado pela classe trabalhadora: que fortaleça a transformação do mundo e a autotransformação humana”.

Depois da divulgação e apresentação da proposta nas escolas, nas instituições, são estabelecidas parcerias e, por meio delas, conseguiu-se a doação do terreno para construção e implementação das experiências com a Associação Comunitária da Comunidade de Morada Nova. Porém, não conseguimos recursos para a construção do prédio e nem para a contratação de profissionais. Segundo a assentada II, “A EFA foi acolhida no assentamento que emprestou a casa sede e o centro comunitário para que funcionasse. Depois da gente ter procurado espaço em vários lugares”.

Em 2014 inicia-se a primeira turma com 27 educandos/as dos municípios de Tianguá, Frecheirinha, Viçosa do Ceará, Ibiapina e Massapê, em espaço cedido pelo Assentamento Nova Esperança em Tianguá, onde funciona até hoje, procurando superar as dificuldades de trabalhar com o voluntariado que forma a escola.

A Pedagogia da Alternância, empregada para o curso Técnico em Agropecuária com foco na Agroecologia, integrado ao Ensino Médio, favorece aos jovens um desenvolvimento técnico e social, uma vez que o/a jovem não se afasta de sua realidade e interage constantemente com a família, comunidade e escola. Mas, no momento da pandemia, a situação se agrava com a falta de comunicação de qualidade para participação das aulas, bem como o acompanhamento pela tutoria presencial. Assim, apresentam Moura e Neri (2021, p. 244), de como é construída historicamente a Educação do Campo.

Como fruto do acúmulo de diversas experiências políticas, educativas e pedagógicas construídas historicamente pelo conjunto de movimentos populares do Brasil, a Educação do Campo apresenta-se como um paradigma transformador da sociedade que visa à emancipação dos sujeitos, à superação das relações de trabalho excludentes e à produção de uma existência humana digna.

Com três anos de funcionamento, em 2017, com muitos desafios, concluiu-se a 1ª turma, com 17 educandos/as. No mesmo ano, inicia-se a 2ª turma com 31 educandos/as, de 17

comunidades, pertencentes a 13 municípios do Ceará. Persistiam os mesmos desafios. Em 2020, inicia a 3ª turma, com 23 educandos/as que além dos desafios das turmas anteriores, ainda tiveram o impacto da pandemia que impossibilitou a realização das atividades pedagógicas presenciais (PPP/EFA, 2021).

Como destacam Moura e Neri (2021, p. 242), os desafios na Educação do Campo estão respaldados no modelo que sempre foi consagrado para estas escolas, pois, a “Educação do Campo vai de encontro ao modelo de desenvolvimento hegemônico que privilegiou/privilegia historicamente os interesses dos grandes proprietários de terra no Brasil e, portanto, está intrinsecamente imbricado a um projeto de educação da classe trabalhadora”. O projeto desenhado e posto em prática pelas elites, notadamente agrárias, é um projeto perverso que oprime os agricultores e agricultoras, deixando-os à margem das políticas públicas. Para conseguirem viver com qualidade, essas famílias camponesas precisam transformar a prática social em uma luta constante. A Educação do Campo deve se aliar a trajetórias políticas e realizar processos formativos para lutar pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Embora já esteja com a quarta turma na escola que funciona dentro do Assentamento, a relação com os assentados ainda não acontece de forma integral, mas é verificado que há uma aproximação por parte da diretoria da associação do Assentamento, visto que ainda não são todos/as os/as assentados/as que se aproximaram da proposta. As famílias que compreenderam a proposta já estão na luta e resistência para que a escola continue a funcionar no espaço, bem como os/as filhos/as fazem parte como educandos/as e, também, como voluntário/a, segundo o relato da assentada II:

A relação ainda é pontual não são todos os assentados que acolhem que cuida da proposta da escola a gente tem filho de assentado que já é formado e hoje voluntário da escola a associação comunitária tem um reconhecimento a importância do processo de educação contextualizada a presidente da AEFARI é assentada e isso possibilita o diálogo e as negociações de parceria dentro do assentamento algumas famílias são parceiras amigas colaboradores da escola mas ainda temos alguns enfrentamentos de convencimento para que a gente permaneça aqui nos espaços emprestado da Associação comunitária do PA Nova Esperança Bom Jesus São João.

A realização das atividades da EFA se faz necessária como uma prática que vai possibilitar uma aproximação maior com as famílias do campo, bem como iniciar o processo de melhorias para o assentamento, visto que acontece um processo formativo integral para o/a jovem, bem como fortalecerá o pertencimento de cada educando/a e sua família,

compreendendo as especificidades de suas realidades do campo, podendo contribuir com a transformação social, assumindo o papel do reconhecimento do campo como lugar de vida, tendo a educação contextualizada como instrumento fundamental para o alcance da justiça social.

Assim, como enfatiza Martins (2012), é importante contextualizar que na trajetória da Educação do Campo o processo de democratização já faz parte da sua história, pois nasce de reivindicação dos sujeitos do campo interligados a Movimentos Sociais que se organizam para a construção da Articulação Nacional de uma Educação do Campo.

Limites e possibilidades para a existência na resistência da EFA Chico Antonio Bié

Para se compreender o percurso de resistência da EFA é preciso adentrar a história coletiva com as demais EFAs presentes no Ceará. A articulação das EFAs se estabelece com representantes de cada escola para fortalecimento da luta. Os representantes das escolas fazem parte de diferentes Movimentos Sociais, como sindicatos, pastorais religiosas e federação. O surgimento das EFAs no Estado se deu em 1998, com a fundação da EFA Dom Frágoso, que fica no município cearense de Independência. Nos últimos 10 anos outras EFAs nasceram. A segunda a surgir foi a da região da Ibiapaba, em 2014, a EFA Chico Antônio Bié. No mesmo período, já havia um diálogo para o surgimento da EFA Padre Eliésio, no município de Ipueiras, também no estado do Ceará. Em 2016, inicia a discussão sobre a criação da EFA no Vale do Jaguaribe, em Tabuleiro do Norte, que se concretiza em 2018, com a denominação EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.

Caldart (2004) apresenta a importância dos Movimentos Sociais junto aos sujeitos do campo por fortalecerem as bandeiras da luta e ainda assumirem compromissos de reivindicar e propor políticas públicas para o campo, com a estratégia de forte pressão sobre os estados brasileiros. O que, no Ceará, é efetivado pela Articulação das EFAs.

Destas, somente a EFA Dom Frágoso se credenciou há mais tempo. As demais EFAs não estadualizadas (Chico Antonio Bié e Jaguaribana) demoraram para serem credenciadas. O que demandou encontros entre as EFAs, a Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC, e o Conselho Estadual de Educação - CEE. Esta questão foi uma das primeiras bandeiras de luta e de resistência. Entre idas e vindas à capital do Estado, sem recursos financeiros, buscou-se estabelecer parceria e entendimentos de como funcionavam estas escolas do campo. Essa realidade vem de encontro com o que destaca Arroyo (2008, p. 54):

Os Movimentos Sociais populares retomam e radicalizam os vínculos entre outra função da escola e outro projeto de sociedade e de Estado. Os movimentos do campo são explícitos nesse ponto. Começam suas propostas de educação debatendo que campo para uma educação do campo, que território para uma educação indígena, quilombola, que projeto de campo, de território de política agrária (agronegócio versus produção camponesa) em um projeto de sociedade e de nação.

As EFAs não estadualizadas, embora tenha a boa vontade da SEDUC, por meio do Departamento de Educação do Campo, ainda é verificada a morosidade política no estabelecimento de um olhar atento e afetuoso para as EFAs comunitárias que funcionam sem apoio financeiro do Estado, devido à burocracia estatal, contando apenas com as entidades mantenedoras (as Associações das EFAs e parcerias).

Diante da situação apresentada, as EFAs, a cada ano, passam por inúmeras dificuldades para iniciar as aulas e o funcionamento anual das escolas. Depende das doações das famílias dos/as educandos/as, de amigos/as da escola, que são fontes primordiais para o sustento das EFAs, mas que deixam as escolas sempre em uma pressão para a aquisição dos recursos.

Assim, é verificado o quanto a ampliação e articulação das lutas das EFAs buscam instrumentos de enfrentamento para as diferentes contradições que surgem e que precisam ser superadas. A mudança pela educação no campo não deve envolver somente aqueles que são do campo, é preciso ampliar essa luta buscando mais parcerias da sociedade, como as universidades, os institutos e outras instituições na proposição e efetivação de políticas públicas para a Educação do Campo (Molina & Freitas, 2011).

No final de 2016, iniciam-se movimentos para criar a articulação das EFAs do Ceará com o foco em discutir os desafios e construir estratégias coletivas de incidência política e de mobilização de recursos, que não teve êxito imediato, devido principalmente às dificuldades financeiras. Embora houvesse dificuldades para que os encontros entre as EFAs acontecessem, houve tentativas que foram inviabilizadas pela falta de recursos financeiros, mas fortaleceu-se a comunicação das EFAs, seja nos diálogos presenciais ou utilizando as redes sociais e, também, houve aproximação com a União Nacional das EFAs do Brasil – UNEFAB.

Na trajetória de consolidação da articulação das EFAs, foi verificado que alguns avanços ocorreram apenas entre o grupo, na partilha das experiências com discussão sobre os desafios, na construção de estratégias comuns e na incidência política que contribuíram para fortalecer a comunicação interna e o intercâmbio entre o grupo, mas poucos avanços

aconteceram em relação ao diálogo com o Governo do Estado, no que diz respeito à aproximação com a Secretaria de Educação, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário e o Conselho Estadual de Educação, órgãos que a Articulação tem pautado diretamente. Isso implica na necessidade de maior força da articulação para incidir mais fortemente, que por sua vez implica em reuniões, viagens, participação em espaços de debate sobre as políticas públicas nos níveis municipais e estaduais.

Atualmente, as EFAs continuam em aproximação política para aquisição de benefícios. Duas EFAs comunitárias (Chico Antonio Bié e Jaguaribana) conseguiram o credenciamento pelo CEE no ano de 2021 e 2022. Com o governo do estado já se tem uma abertura para diálogo e escuta das EFAs mediados pela força política, articulação das EFAs e Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE).

Durante a pandemia de COVID-19, foram distribuídos notebooks para as EFAs do Ceará, mas vale ressaltar que somente a EFA estadualizada e uma comunitária foram beneficiadas, fato justificado pela incapacidade das demais EFAs em atender os procedimentos burocráticos exigidos.

Em outubro de 2021, na publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará, foi anunciado o Programa Estadual de apoio técnico-financeiro às EFAs do Ceará, pela Lei 17.731/21. Este foi um dos marcos históricos para as escolas, mas que, infelizmente, ainda não foi efetivado pela morosidade dos setores competentes. Isso, por seu turno, faz com que as EFAs continuem caminhando com as dificuldades apontadas anteriormente.

Outra aquisição, que ainda não saiu da publicação no Diário Oficial de 01 de abril 2021, foi a aquisição de veículos zero-quilômetro, para uso para EFAs do Ceará. Como citado no DO, haveria um prazo de 12 meses, mas ainda não foi consolidada a entrega.

Assim, em 2017, aconteceram algumas reuniões com as coordenações das EFAs, por perceberem que as possibilidades de aquisição de recursos precisavam partir do Coletivo, para manter diálogo junto ao Governo do Estado do Ceará, a fim de garantir o direito à educação do/no campo. É preciso romper com a falácia de que não é preciso formação aprofundada para se mexer com a enxada. É um desrespeito com as pessoas do campo, pois enfatiza como a cultura do homem e da mulher do campo não está atrelada ao desenvolvimento da elite burguesa (Garcia, 2009). E o que ressalta Bezerra Neto e Basso (2017, p. 147).

O lado perverso da educação que privilegiava uma pequena parte da população em detrimento de sua grande maioria, além de submeter o trabalhador rural a uma situação de inferioridade, o fazia acreditar que seu aprendizado era desnecessário, pois para pegar no cabo da enxada não era preciso leitura.

Arroyo, Caldart e Molina (2008) apresentam a urgência em acabar com a exclusão com as escolas do campo e propiciar uma educação do/no campo que busque a valorização da vivência e da humanização que exige a formação integral dos trabalhadores do campo para que possa acontecer a transformação da sociedade para os sujeitos do campo. Em que seja possível fortalecer e construir práticas educativas dos/as camponeses/as em suas lutas de resistência ao capitalismo.

Diante das situações apresentadas no processo de constituição das EFAs, verifica-se avanços e lutas que precisam ser cada vez mais fortalecidas. O que vem de encontro com o pensamento de Caldart (2004, p. 156) quando diz que “A Educação do Campo não cabe em uma escola, mas a luta pela escola tem sido um de seus traços principais...”. Assim, reforça-se a importância da luta com as palavras de Aguilar e Bezerra Neto (2012, p. 3).

... cabe aos homens transformar a realidade em que vivem e, para tal se faz necessário a práxis, a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para assim poder transformá-lo, por isso a necessidade de uma educação que conscientize o sujeito do campo reforçando, com isso, suas raízes, na busca de uma educação incluyente e democrática, que os façam refletir, fazendo com que a ação educativa também seja uma ação transformadora e libertadora.

Nesse processo, em busca de direitos pela Educação do Campo, para este artigo, será feito um recorte para ressaltar alguns dos desafios vivenciados pela EFA Chico Antonio Bié. No relatório de atividades realizado no ano 2023, em uma reunião com todas as pessoas que formam a escola, com o objetivo de pensar os desafios que enfrentam e buscar soluções. Inicialmente, aconteceu a contextualização do que a escola estava passando, e em seguida, surgiram as perguntas geradoras para se demandar as possíveis soluções.

Quanto aos desafios definidos pelo Coletivo foi que alguns temas são urgentes serem debatidos e refletidos em busca de uma escola do campo com qualidade. Assim, o grupo direcionou os seguintes pontos: Associação (associados/as), educadores/as, monitores/as, educandos/as, alimentação, parcerias, áreas produtivas, famílias, gestão/colegiado, recursos financeiros, encontros periódicos e formação. As temáticas foram distribuídas às pessoas participantes para encontrarem possíveis proposições.

As situações vivenciadas pela EFA e debatida pelo grupo são questões que são consequência da falta de apoio do governo pela morosidade e até negação de direitos sociais

que, embora no cenário atual tenha melhorado em alguns poucos aspectos, ainda há muito a ser feito com urgência, para que as escolas no campo não precisem fechar as suas portas.

Como a EFA Chico Bié nasceu da luta de Movimentos Sociais, é preciso voltar para a base para escutar apoiar-se. Assim, em cada grupo refletiu o que se passava na escola sobre as diversas temáticas e foram apresentadas as proposições para mudança. Foi verificado nos resultados explanados pelos grupos o quanto os Movimentos Sociais estão resistentes com os desafios que a escola enfrenta e a importância da união para soluções de situações problemas que surgem na escola.

É preciso compreender que as causas dos desafios enfrentados pela EFA são históricas, pois sempre aconteceu descaso pela escola no campo que resistiu em suas lutas pela existência na resistência, como apresenta no Referencial para uma Política Nacional de Educação do Campo.

A escola no campo brasileiro surge tardiamente e não institucionalizada pelo Estado. Até as primeiras décadas do século XX, era destinada a uma minoria privilegiada; embora o Brasil fosse um país de origem e predominância agrária, a educação do campo não foi sequer mencionada nos textos constitucionais até 1891, evidenciando o descaso dos dirigentes e as matrizes culturais entradas no trabalho escravo, na concentração fundiária, no controle do poder político pela oligarquia e nos modelos de cultura letrada europeia (Brasil, 2004, p. 7).

Destarte, os Movimentos Sociais propiciam a emancipação de maneira a possibilitar que o sujeito do campo tome decisões conforme sua realidade e interesses ligados à sua cultura, suas dores e suas lutas. É fato que, muitas vezes, será necessário provar que as metodologias implantadas na escola trazem resultados positivos e que podem caminhar juntos com a proposta do Estado (Aguilar & Bezerra Neto, 2012).

As lutas pela Educação do Campo trouxeram conquistas que se transformaram em marcos legais, mas hoje, enfrenta um grave processo de fechamento das escolas do campo. No momento são verificados avanços que garantem legitimidade para o campo, mas há uma redução no número de escolas no meio rural, o que poderá enfraquecer as lutas sociais. Outro aspecto que estimula uma reflexão no cenário político atual é o risco de não resistir à pressão pelo refluxo geral das lutas de massas que estão acuados pela necessidade de garantir a sobrevivência básica dos envolvidos. Esse recuo poderia representar retrocesso histórico na educação brasileira, em especial na Educação do Campo (Caldart, 2009).

Considerações finais

A proposta do assentamento rural faz parte da pedagogia do movimento que passa a se revelar como um instrumento de materialização das políticas públicas dentro da resistência dos Movimentos Sociais. Na realidade é verificado que há muitos gargalos que precisam ser superados coletivamente, mas que ao mesmo tempo enfraquece a vivência da escola dentro do assentamento. É preciso ousar nas lutas para alcançar as bandeiras da escola do/no campo.

A inserção da EFA nesse espaço ainda fica a desejar, pois embora tenha sido uma demanda dos agricultores e agricultoras verifica que é visível que há uma desconstrução da proposta do projeto do INCRA nas comunidades que não é fortalecido o trabalho dos Movimentos Sociais.

Nesse sentido, verificou-se que a Educação do Campo se consolida a partir dos movimentos sociais. Neste processo, as lutas por direitos, em especial a escola e a educação, são fundamentais, pois a formação dos sujeitos é primordial para o exercício da cidadania. Mas, é imprescindível pensar – e defender – uma educação que atenda as demandas sociais de quem vive no campo.

Na realidade pesquisada – a EFA Chico Antonio Bié – foi possível perceber a situação desafiadora, pois, além de ter todas as dificuldades de estar localizada no campo e ser mantida por Movimentos Sociais, precisa, ainda, de sensibilização dos governantes para implantação e implementação, urgente, de políticas públicas que reconheçam que, uma escola do campo não deveria receber a denominação de “particular” de modo acrítico e descontextualizado. As EFAs são diferenciadas, encampadas por Movimentos Sociais que, por suposto, não tem condições econômicas de assumirem o financiamento de um processo formativo para além do voluntariado.

Neste contexto, é papel da educação proporcionar a libertação e autonomia do indivíduo. Mas, o que foi evidenciado nas lutas e pressões dos Movimentos Sociais para garantia das políticas educacionais para o acesso e a permanência das (e nas) EFA, ainda existem grandes desafios. Independente da saída, ela só será efetiva se baseada na garantia do direito à educação de qualidade, capaz de promover a emancipação e o desenvolvimento integral das comunidades e dos sujeitos sociais que têm o campo com espaço de vida, trabalho e sociabilidade.

Referências

- Aguilar, A. L., & Bezerra Neto, L. (2012). A luta do camponês por uma educação específica para o meio rural no ambiente em que se encontra. *Itinerarius Reflectionis*, 7(1). Recuperado: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/20339>. Acesso em: 02 jan. 2024.
- Arroyo, M. G. (2008). Gestão democrática: recuperar sua radicalidade política? In Correa, B. C., & Garcia, T. O. (Orgs.), *Políticas Educacionais e organização do trabalho na escola* (pp. 39-56). São Paulo: Xamã.
- Arroyo, M. G., Caldart, R. S., & Molina, M. C. (Eds.). (2008). *Por uma educação no campo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bezerra Neto, L., & Basso, J. D. (2017). Educação do/no campo/rural: o que tem sido produzido nos programas de pós-graduação? In Santos Neto, J. L. Bezerra Neto, L., & Bezerra, M. C. S. (Eds.), *Trabalho e educação: estudos sobre o rural brasileiro* (pp. 183 - 195). São Carlos, SP: Ed. Pedro & João Editores.
- Brasil. Secretaria de Educação Média e Tecnologia, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. (2004). *Referências para uma política nacional de educação do campo*: caderno de subsídios.
- Caldart, R. S. (2004). Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. *Revista Trabalho Necessário*, 2(2). Recuperado de <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/3644>.
- Caldart, S. R. (2005). Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In Molina, M. C., & Jesus, S. M. A. (Eds.), *Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo* (2a ed.). Brasília: Articulação Nacional por Educação do Campo.
- Caldart, R. S. (2009). Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. *Trabalho, Educação e Saúde*, 7(1), 35-64. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>
- Carvalho, J. G. (2015). *Economia Agrária*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.
- Ferreira, B. (1994). Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento do Governo Federal. In Medeiros L. et al. (Eds.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP.
- Garcia, S. B. (2009). *Saberes da Terra: contribuições da experiência da comunidade do Assentamento Nova Vida* (Monografia de Especialização em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Censo Brasileiro de 2023*. Rio de Janeiro: IBGE.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. (2010). *IPECE*. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Tiangua_2010.pdf. Acesso em: 20. dez. 2023.

Kosik, K., (2002). *Dialética do Concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, (2 ed.) Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Maricato, E. (1999). A terra é um nó na sociedade brasileira. *Revista Cultura*, 93(6). Petrópolis: Ed. Vozes.

Marques, M. I. M. (2000). *De sem-terra a posseiro* (Tese de Doutorado não publicada). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Martins, F. J. (2012). Gestão democrática e educação do campo. *RBPAAE - Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 28(1), s./p.

Marx, K. (1980). As lutas de classe na França: 1848-1850. In *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa Ômega.

Marx, K. (1997). *O 18 de Brumário e Cartas a Kugelman*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Medeiros, L., et al. (Eds.). (1994). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP.

Molina, M. C., & Freitas, H. C. de A. (2011). Avanços e desafios na construção da educação do campo. *Em Aberto*, 24(85), 17-31. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.24i85.2483>

Moura, T. V., & Neri, J. Q. M. (2021). Gestão escolar, trabalho pedagógico e educação do campo: análise de um contexto. *Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES) - UESB-Itapetinga*, 2(1).

Nosella, P. (2012). *Educação no campo: origens da pedagogia da alternância no Brasil*. Vitória: EDUFES.

Projeto Político Pedagógico (PPP). Tianguá, Ceará. *Escola Família Agrícola Chico Antonio Bié*. (2021). Histórico da instituição.

Rego, M. L. (1993). Dilemas da questão agrária brasileira; tem futuro a reforma agrária? *São Paulo em Perspectiva*, n.º. 03, volume 07, p. 21-29 – julho/setembro de 1993. Recuperado: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/T1P00010.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2024.

União das Escolas Família Agrícolas do Brasil (UNEFAB). (2018). *Relatório da UNEFAB*, em dez.

União das Escolas Família Agrícolas do Brasil (UNEFAB). (2010). *Regimento Interno da UNEFAB*. Aprovado pelo Conselho Deliberativo, em dez.

Vasconcelos, V. O., & Oliveira, M. W. (2009). Educação popular: uma história, um que-fazer. *Educação Unisinos*, 2(13), 135-146.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 19/01/2024
Aprovado em: 13/04/2024
Publicado em: 30/06/2024

Received on January 19th, 2024
Accepted on April 13th, 2024
Published on June, 30th, 2024

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: levantamento, análise e interpretação dos dados, bem como da escrita e revisão do conteúdo do manuscrito.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript and critical revision of the content.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Rocha, F. M. R., & Carvalho, F. S. (2023). *Movimentos sociais e educação do campo: resistência, limites e possibilidades na Escola Família Agrícola - EFA Chico Antonio Bié, Ceará*. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 9, e18516.

ABNT

ROCHA, F. M. R.; CARVALHO, F. S. *Movimentos sociais e educação do campo: resistência, limites e possibilidades na Escola Família Agrícola - EFA Chico Antonio Bié, Ceará*. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 9, e18516, 2024.